

Usos do passado na narrativa jornalística - implicações à cultura histórica

Juliana Gelbcke¹

Resumo: Através do conceito de cultura histórica, entende-se que o conhecimento histórico é produzido por diversos profissionais e difundido em diferentes linguagens e meios de comunicação, não sendo necessariamente, produzido por historiadores de ofício. Desta forma, admite-se que a educação histórica ultrapassa os muros da escola e da Academia e ocorre por diversos meios e formatos, ou seja, ela é cotidianamente vivenciada e apreendida pela população, influenciando diretamente o processo de ressignificação temporal dos sujeitos. Partindo desta premissa, este artigo tem como uma de suas preocupações discutir sobre a utilização do passado na narrativa jornalística da história e sua influência na consciência histórica dos sujeitos, tendo em vista a grande circulação das reflexões acerca do passado produzidas por esses profissionais nas últimas décadas.

Palavras-chave: cultura histórica, consciência histórica, história de grande circulação.

Cultura histórica e consciência histórica

Este artigo procura fazer uma análise de fenômenos que integram o campo da cultura histórica, tais como a história pública e os usos do conhecimento histórico na narrativa jornalística. Para tanto, entende, através do conceito de cultura histórica, que o conhecimento histórico é produzido por diversos profissionais e difundido em diferentes linguagens e meios de comunicação, como afirma FLORES (2007, p. 95):

Entendo por cultura histórica os enraizamentos do pensar historicamente que estão aquém e além do campo da historiografia e do cânone historiográfico. Trata-se da intersecção da história científica, habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de um saber profissionalmente adquirido, e a história sem historiadores, feita, apropriada e difundida por uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais.

Ou seja, trata-se de um campo que abrange as diversas produções da história científica, mas também uma série de outras produções por agentes que não são, necessariamente, especializados em história. “Neste sentido, ao reunir as contribuições de outras categorias profissionais, proporciona a difusão e apropriação de saberes históricos e de um ‘pensar histórico’” (FARIAS, 2010, p. 165). Entretanto, é importante salientar que “nem tudo que é atinente ao passado, especialmente ao passado historiográfico – o passado

registrado e narrado -, pode ser cultura histórica” (FLORES, 2007, p. 100). Ela se refere às diversas produções que possibilitam usos práticos do conhecimento histórico em determinada sociedade. Segundo Jörn Rüsen:

El concepto de cultura histórica aborda un fenómeno que caracteriza desde años el papel de la memoria histórica en el espacio público: me refiero al *boom* continuo de la historia, a la gran atención que han suscitado los debates académicos fuera del círculo de expertas y expertos, y a la sorprendente sensibilidad del público en el uso de argumentos históricos para fines políticos (RÜSEN, 1994, p. 1).

(...) 'Cultura histórica' debe denominar este aspecto abarcante y común. La 'cultura histórica' contempla las diferentes estrategias de la investigación científico-académica, de la creación artística, de la lucha política por el poder, de la educación escolar y extraescolar, del ocio y de otros procedimientos de memoria histórica pública, como concreciones y expresiones de una única potencia mental. De este modo, la 'cultura histórica' sintetiza la universidad, el museo, la escuela, la administración, los medios, y otras instituciones culturales como conjunto de lugares de la memoria colectiva, e integra las funciones de la enseñanza, del entretenimiento, de la legitimación, de la crítica, de la distracción, de la ilustración y de otras maneras de memorar, en la unidad global de la memoria histórica. (RÜSEN, 1994, p. 2).

Portanto, a cultura história é tudo o que se objetiva a lembrar e ensinar, é o modo concreto em que uma sociedade se relaciona com seu passado. A cultura histórica abrange todas as produções históricas que são compartilhadas por determinado grupo de pessoas e que fazem algum sentido para este grupo, seja para responder, justificar, validar, legitimar questões relacionadas à identidade deste grupo, sua maneira de se perceber e perceber aquilo e aqueles que lhe cercam. Dessa forma, Rüsen ainda afirma que a cultura histórica “se refiere por tanto a una manera particular de abordar interpretativamente el tiempo, precisamente aquella que resulta en algo como 'historia' en cuanto contenido de la experiencia, producto de la interpretación, medida de orientación y determinación de la finalidad” (RÜSEN, ano, p. 6).

Nesse caso, é importante ressaltar que nem sempre as produções acadêmicas de história fornecem utilidade no âmbito da vida prática, em muitos casos ela fica restrita aos ambientes acadêmicos e acaba não atingindo o público de uma forma geral, deixando de suprir suas as carências de orientação temporal. Sendo assim, percebe-se que as reflexões acerca do passado por diversos agentes não especializados em história ocupam muito mais

¹ Licenciada em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Atualmente mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPG, bolsa CAPES. E-mail: juliana.gelbcke@yahoo.com.br.

espaço, acabam sendo muito mais influentes no campo da cultura histórica, contribuindo para a formação histórica dos sujeitos. Como afirma RÜSEN (2001, p. 48):

Com a expressão “formação histórica” refiro-me aqui a todos os processos de aprendizagem em que “história” é o assunto e que não se destinam, em primeiro lugar, à obtenção de competência profissional. Trata-se de um campo a que pertencem inúmeros fenômenos do aprendizado histórico: o ensino de história nas escolas, a influência dos meios de comunicação de massa sobre a consciência histórica na formação dos adultos como influente sobre a vida cotidiana – em suma, esse campo é extremamente heterogêneo. É nele que se encontram, além dos processos de aprendizagem específicos da ciência da história, todos os demais que servem à orientação da vida prática mediante consciência histórica, e nos quais o ensino da história (no sentido mais amplo do termo: como exposição de saber histórico com o objetivo de influenciar terceiros) desempenha algum papel.

Ou seja, essas produções colaboram com a formação histórica dos indivíduos na medida em que tornam acessíveis as reflexões acerca do passado e assim influenciam o processo de ressignificação temporal desses sujeitos, ajudando-os a interpretar e reinterpretar o mundo que os cercam. Vale lembrar que essas produções extracientíficas de história não possuem as mesmas preocupações e interesses colocados pela história acadêmica. Segundo SADDI (2010, p.76):

O que diferencia a Ciência Histórica de todas as outras formas de história é justamente o seu acréscimo de racionalidade, “que está presente na referência a um sistema teórico, no método histórico e no conhecimento histórico”. (BERGMANN, 1989). Ou, como afirmava Rüsen (2007), a Ciência Histórica metodiza sua relação com as fontes (pertinência experiencial ou empírica), a sua relação com as ideias (pertinência interpretativa) e a sua relação com a narrativa (pertinência narrativa). Ao produzir um acúmulo sistemático no processo de elaboração de afirmações sobre o passado humano, a Ciência Histórica torna-se a ciência competente para refletir sobre o modo como a Consciência Histórica é produzida.

Podemos afirmar, portanto, que a Ciência Histórica possui como uma de suas funções garantir que versões já superadas e distorcidas da história não se multipliquem e ganhem forças nas narrativas (seja na forma de discurso, seja na forma de texto) presentes nos âmbitos da cultura histórica. Isso não quer dizer que essas outras formas de história que não são científicas devam ser desconsideradas, deslegitimadas, ou que somente o historiador tenha propriedade para falar sobre história, ao contrário, esse é um dos papéis colocados pela Didática da História, ou seja, investigar as diferentes formas narrativas que se expressam, por exemplo, através dos meios de comunicação de massa, de instituições culturais e religiosas,

de discursos políticos; assim como investigar a consciência histórica produzida por esses meios e de que forma essas reflexões acerca do passado atuam na consciência histórica dos indivíduos.

História pública e cultura histórica

Dessa forma, dentro deste campo heterogêneo da cultura histórica, o fenômeno da “história pública” nos chama bastante atenção, tendo em vista que ela se refere às inúmeras formas de publicação das diferentes reflexões acerca do passado, tais como: filmes, revistas em quadrinhos, livros de caráter histórico, novelas, documentários, livros didáticos e paradidáticos, etc. Ou seja, ela “explora e apresenta o conhecimento histórico - em uma variedade de formas - para além dos foros acadêmicos tradicionais” (ZAHAVI, 2011, p. 53). Podemos afirmar, portanto que a história pública possui uma sensibilidade com as necessidades de orientação temporal do presente, sendo por elas motivada. Beatriz Sarlo chama esse campo de “história da grande circulação” e, tratando-o como modalidade não acadêmica, afirma:

(...) a história de grande circulação é sensível às estratégias com que o presente torna funcional a investida do passado e considera totalmente legítimo pô-lo em evidência. Se não encontra respostas na esfera pública atual, ela fracassa e perde todo o interesse. A modalidade não acadêmica (ainda que praticada por um historiador de formação acadêmica) escuta os sentidos comuns do presente, atende às crenças de seu público e orienta-se em função delas. Isso não a torna pura e simplesmente falsa, mas ligada ao imaginário social contemporâneo, cujas pressões ela recebe e aceita mais como vantagem do que como limite. (SARLO, 2007, p. 13)

É válido ressaltarmos aqui que as discussões acerca da história pública e sua importância na academia começam na Inglaterra, em meados dos anos 1970, emergindo “como prática do uso público da história com fins político-ideológicos, influenciados pela busca de justiça social” (ALMEIDA; ROVAI, 2011, p.7). Os historiadores ingleses, segundo Almeida e Rovai, naquele momento buscavam construir uma história voltada para as inter-relações de memória e narrativa, valorizando a construção de identidades coletivas (ALMEIDA; ROVAI, 2011, p.7). Essa preocupação que inclui as discussões sobre história pública à escrita da história foi, nos anos seguintes, ganhando cada vez mais espaço nas universidades europeias e para além-mar, ao exemplo dos Estados Unidos, em que a preocupação de historiadores passou a ser a divulgação da ciência para além da esfera

acadêmica. Sobre o caso estadunidense, as autoras afirmam que a história pública nasceu como área através da criação e consolidação de espaços próprios para a discussão sobre o conhecimento acadêmico na esfera pública, refletindo sobre essas produções e sua relação com as mídias e os sujeitos.

Ou seja a história pública começa a ser vista não só como um fenômeno que abarca os diferentes tipos de produções históricas, sejam elas científicas ou (principalmente) extracientíficas, mas passa a se legitimar enquanto área do conhecimento, ganhando, aos poucos, cada vez mais importância dentro do campo da história acadêmica. Percebe-se, portanto, que a história pública agrega várias preocupações ao conhecimento histórico, tais como: questões metodológicas, historiográficas, narrativas, dentre outras.

É importante lembrarmos que o contexto em que surgem as discussões sobre história pública, marcado, principalmente, pelo pós-Segunda Guerra Mundial, é caracterizado por profundas mudanças políticas, culturais e sociais, tais como o desenvolvimento da indústria cultural e de massas, o aceleramento do processo de globalização, o processo de desintegração colonial, a expansão dos direitos civis, assim como a emergência de inúmeros grupos sociais, como estudantes, trabalhadores, mulheres, dentre outros que passam a contestar seus direitos, bem como seu espaço dentro da história. Stuart Hall, traçando uma discussão a respeito das identidades após a quebra das grandes estruturas, afirma que:

As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada "crise de identidade" é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (HALL, 2011, p. 7)

Esse advento de uma nova sociedade marcada pela crise das múltiplas identidades, fez com que se refletisse sobre a função social da história. Pois o interesse coletivo e individual pela história passa a ser cada vez mais reivindicado por esses grupos que procuram sanar suas carências de orientação temporal. Ou seja, esses sujeitos procuram respostas no passado para resolver as questões levantadas no tempo presente que desestabilizaram as percepções que tinham de si mesmos, daquilo e daqueles que lhes cercavam. Desta forma, a história científica passou a se preocupar cada vez mais sobre a necessidade, a importância de expandir seu

conhecimento para além dos muros acadêmicos e também de refletir o conhecimento produzido fora deles.

Dessa forma, a história pública vem se expandindo como uma preocupação entre os historiadores em refletir sobre a própria função, compromisso social da História. Almeida e Rovai colocam a história pública como:

uma possibilidade não apenas de conservação e divulgação da história, mas de construção de um conhecimento pluridisciplinar atento aos processos sociais, às suas mudanças e tensões. Num esforço colaborativo, ela pode valorizar o passado para além da academia; pode democratizar a história sem perder a seriedade ou o poder de análise. Nesse sentido, a história pública pode ser definida como um ato de "abrir portas e não de construir muros", nas palavras de Benjamin Filene. (ALMEIDA; ROVAI, 2011, p.7)

Também Zahavi afirma que a história pública é um veículo para ampliar nossa visão sobre o passado. Segundo o autor:

Trata-se de um campo ambicioso, que geralmente tenta construir uma ponte entre as análises detalhadas, nuançadas e profundamente investigadas dos historiadores acadêmicos e uma curiosidade histórica aparentemente insaciável, embora às vezes restrita e impaciente, do público em geral. (ZAHAVI, 2011, p.53)

Ou seja, há um esforço em tornar o conhecimento histórico cada vez mais acessível aos sujeitos, permitindo-os fazer usos desses conhecimentos no âmbito da vida prática. No entanto, vale lembrar que muitas dessas produções de história pública são feitas por diversos agentes (como literatos, cineastas, museólogos, dentre uma série de outros profissionais) que não são, necessariamente, especializados em História, e por uma série de fatores, principalmente estéticos, conseguem estabelecer um diálogo com o público não especializado que, muitas vezes, falta aos historiadores acadêmicos. Dentre essas produções com grande êxito de circulação, podemos citar as produções de história por jornalistas, para isso basta percebermos os altos índices de vendagem que atingem. Ressaltando que essas narrativas jornalísticas da história não possuem as mesmas exigências, preocupações e interesses teórico-metodológicos que os historiadores acadêmicos. Sendo assim, é possível percebermos em algumas dessas produções intenções e características que a ciência histórica procura evitar.

Usos do passado na narrativa jornalística

Peguemos o caso, por exemplo, do livro *1808* do jornalista Laurentino Gomes. O “livro-reportagem”, como o próprio autor o classifica, narra o processo de transferência da corte portuguesa para o Brasil no início do século XIX e traz a pretensão de descrever o que de fato aconteceu no país há dois séculos. Organizado em 29 capítulos que seguem uma cronologia linear para contar desde o processo de “fuga” da família real portuguesa até o retorno de D. João VI a Portugal em 1821, o livro tem como um dos principais objetivos, pontuado por Gomes, “tornar a história narrada mais acessível aos leitores que se interessam pelo passado, mas não estão habituados nem dispostos a decifrar a rebuscada linguagem acadêmica que permeia toda a bibliografia sobre 1808 e seus desdobramentos” (GOMES, 2007, p. 22).

Publicado em 2007 pela editora Planeta, *1808* não demorou muito tempo para se tornar um *best-seller* nacional; é difícil não encontrá-lo nas diferentes livrarias, bibliotecas públicas e sebos do país. Já em 2008 ganhou dois de seus maiores prêmios: o Jabuti, na categoria de melhor livro-reportagem, e Melhor Ensaio, Crítica ou História Literária de 2008 da Academia Brasileira de Letras, por indicação do historiador José Murilo de Carvalho. Em 2009 contava com sua oitava edição e, nesse mesmo ano foi também lançado em Portugal. Até março de 2012, o livro estava há 196 semanas na lista dos mais vendidos da revista *Veja* e, junto com o livro *1822: Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado*, publicado em 2010 e também lançado em Portugal computava 1,5 milhão de exemplares vendidos².

Como parte de uma estratégia de marketing, foram lançadas várias outras versões, como áudio-livro, edições ilustradas, DVDs, versões voltadas ao público jovem, com a pretensão de atingir a novos públicos leitores. Percebe-se nessa estratégia “multiformatos” uma preocupação mercadológica que coloca também a narrativa histórica como produto de uma indústria cultural, ou seja, inserida em uma lógica de mercado que leva em conta tiragens, versões, disputas editoriais e a própria lógica do consumo, inserida dentro de uma conjuntura capitalista. Essa lógica, por sua vez, trabalha em uma perspectiva na qual o enredo obedece a uma ordem dos fatos que culminam na produção de uma narrativa histórica singular, não

abrindo a novas perspectivas interpretativas, trabalhando com elementos chamativos como os estereótipos, os detalhes minuciosos, o uso de uma linguagem clara e aproximativa, enfim, elementos que procuram despertar o interesse do leitor-consumidor.

A Edição Juvenil Ilustrada, por exemplo, é uma adaptação linguística da obra em sua versão original. Editada pela jornalista Denise Ortiz, ela condensa e reordena as informações para facilitar a compreensão do novo público leitor que deseja atingir, neste caso o público jovem. A versão juvenil é inteiramente ilustrada em aquarela pela artista plástica Rita Bromberg Brugger que, como consta na Introdução do livro, “produziu suas ilustrações com base em rigorosa pesquisa histórica” (GOMES, 2008, p. 10); sendo assim, as imagens também oferecem um tipo de interpretação ao leitor. Essas diferentes estratégias utilizadas no livro procuram atrair um tipo específico de consumidores, disponibilizando reflexões sobre o passado atrativas para o presente desses sujeitos.

Publicada pela editora Planeta Jovem em 2008, o livro *1808 - Edição Juvenil Ilustrada* conta, até o momento, com mais de 11 reimpressões. As 148 páginas, o que significa metade da versão original, ou seja, mais uma estratégia para tornar a leitura fluída e interessante ao leitor jovem, são organizadas em 5 capítulos sem títulos, mas com chamadas criativas, que, junto com as imagens, incitam a curiosidade do leitor, como por exemplo: “D. João, um rei que tinha medo de trovões e caranguejos, desembarca no Rio de Janeiro. O encontro de dois mundos até então estranhos e distantes” (GOMES, 2008, p. 76).

Para um público infanto-juvenil, inserido em um mundo visual e digital em que as informações correm rápidas, um público que está iniciando seu interesse pela leitura, o valor da imagem joga um peso bastante grande. Além de ser muito atrativa e despertar o interesse, a imagem traz informações de uma maneira muito mais imediata e assimilável do que o relato escrito. Além do mais, proporciona determinada representação de realidade que, muitas vezes, se confunde com a própria realidade, carregando a sensação de estar reproduzindo a “verdade”, o que “de fato aconteceu”. Quando essa nova versão do livro *1808* concilia frases simples e chamativas com as ilustrações, elas acabam servindo para reafirmar, dar ênfase àquilo que o texto descreve.

² Dados retirados do site: <http://veja.abril.com.br/blog/radar-on-line/cultura/best-seller-laurentino-gomes-ja-tem-nova-editora-para-proximo-livro/> [Acessado em: 28 ago 2014]

Assim funciona também com o livro *1808* em sua versão original e ilustrada. O livro traz alguns quadros e gravuras separados do corpo do texto, como por exemplo, a gravura da *Vista da Praça do Palácio* de Jean Baptiste Debret (1834-1839), o óleo sobre tela de Domingos Antônio Siqueira (1768-1837) sobre a *Alegoria da chegada da família de D. João VI*, ou a gravura intitulada *Court Day at Rio* do livro *Sketches of Portuguese life manners and costume and character*, de APDG (1826). Essas ilustrações cumprem um papel de fonte enquanto evidência; no entanto, a postura do autor não é a de interpretação crítica dessas fontes imagéticas. Portanto elas são usadas como fonte de autoridade, no sentido de favorecer a característica da obra como “histórica”, mas não há uma tomada crítica da mesma – isso revela outra fonte de sucesso, que é encaixar-se com uma perspectiva preexistente no público leitor, sem forçá-lo a se deslocar de sua percepção tradicional. O exercício iconográfico que permite decodificar a realidade externa, explícita na obra, bem como analisar a realidade interna da representação, isto é, sua face oculta, não é realizado. Retoricamente, Gomes monta a narrativa histórica buscando utilizar-se do uso de fontes (sejam elas imagens, apoio em citações de historiadores, entre outras); no entanto, essas fontes primárias e/ou secundárias não são problematizadas, elas servem para ilustrar, dar legitimidade ao discurso, torná-lo convincente e persuasivo.

Para fazer com que os leitores sintam-se atraídos pelo processo de transferência da corte portuguesa para o Brasil no início do século XIX, um acontecimento tão distante do tempo presente desses leitores, Laurentino Gomes usufrui de diversas estratégias diferentes, como, por exemplo a valorização dos personagens, trazendo-os de uma forma caricata, chamando a atenção de seus defeitos, de suas angústias, de suas características marcantes, de seus pormenores. Os próprios títulos dos capítulos revelam uma história personalista, feita por sujeitos importantes, o que a ajuda a ser popular porque combina com uma visão disseminada na sociedade de que quem faz a história são as pessoas importantes, os próceres. O mesmo tipo de coisa acontece com as imagens não problematizadas, tanto na versão original quanto na versão juvenil; isso se encaixa com o hábito de consumo acrítico de imagens e não cria problemas ou dificuldades para o entendimento. Pode-se perceber que, na narrativa jornalística da história, essas estratégias formais, retóricas, estão acima da preocupação com o rigor historiográfico. É mais importante ilustrar, atrair e convencer do que ser rigoroso, e se o rigor tiver que ser sacrificado diante daqueles objetivos, ele o será. Talvez seja isso que a torne tão popular e consumida.

Portanto, esses diversos profissionais não especializados em história, nem sempre possuem as mesmas preocupações citadas pelos autores Almeida, Rovai e Zahavi: a de construir uma ponte entre as produções acadêmicas e o interesse do público em geral, sem perder a seriedade ou o poder de análise. Em alguns momentos, percebe-se o uso de versões já ultrapassadas e distorcidas da história para a construção de suas narrativas. Como é o caso, por exemplo, do livro *Não somos racistas – uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor* do sociólogo e diretor de jornalismo da Rede Globo, Ali Kammel. Publicado pela editora Nova Fronteira, em 2006, o livro serviu como instrumento para combater as políticas afirmativas do governo Lula, lembrando que neste momento se travava uma batalha pela implementação de cotas nas universidades brasileiras. Desta forma, nas 144 páginas, Kammel defende a tese de que não há racismo no Brasil. Como avaliou CERRI (2008, p. 79):

Kammel busca na Sociologia dos anos 50 o "desvio errado" que o Brasil teria tomado, pelo qual estaríamos chegando a uma nação bicolor, através do que caracteriza de equívoco teórico, ou seja, a classificação de pretos e pardos como negros. Como força de seu discurso, ignora os índios (cuja população e auto-declaração tem crescido, e cuja identificação racial ou cultural é inequívoca) e os orientais. Afirma também que a denúncia do racismo brasileiro desconsideraria as relações de amizade e as relações conjugais interracialias. É outro equívoco. O fato de que no Brasil se encontram essas relações é um ponto positivo, mas não invalida a construção teórica referente ao racismo brasileiro e suas especificidades. Pelo contrário, combater o racismo não passa por identificar os pontos em que a sociedade brasileira não pratica a discriminação, mas exatamente pelo reconhecimento dos pontos em que essa discriminação existe, e as formas pelas quais essa discriminação é exercida. E nessa tarefa, o livro de Kammel não só não ajuda em nada, mas atrapalha ao tentar recuperar elementos do mito do Brasil como democracia racial, beneficiado pela ausência de um racismo tal qual se praticaria em outros países, cujo arquétipo é sempre os Estados Unidos da América.

Ou seja, através de versões sobre o passado já superadas e levemente distorcidas, Kammel defende a ideia de que não há reparações a serem feitas para os negros, porque não há efetiva desigualdade baseada no critério racial (CERRI, p.75). Lembrando que o livro teve alta repercussão midiática, desta forma, justificando a existência de uma “democracia racial” no Brasil, colabora para justificar e legitimar visões que desconsideram um passado traumático, marcado pela violência e profundamente desigual que ainda traz suas consequências, suas marcas em nosso presente.

Considerações Finais

Percebe-se que os historiadores têm participado não tanto quanto deveriam no âmbito da vida prática, portanto, cabe-nos repensar a função da Didática da História e sua importância à ciência histórica. De acordo com BERGMANN (1990, p. 29):

Refletir sobre a História a partir da preocupação da Didática da História significa investigar o que é apreendido no ensino da História (é a tarefa empírica da Didática da História), o que pode ser apreendido no ensino da História (é a tarefa reflexiva da Didática da História) e o que deveria ser apreendido (é a tarefa normativa da Didática da História). Esta é, portanto, uma disciplina científica que, dirigida por interesses práticos, indaga sobre o caráter efetivo, possível e necessário de processos de ensino e aprendizagem e de processos formativos da História. Nesse sentido, a didática da História se preocupa com a formação, o conteúdo e os efeitos da consciência histórica num dado contexto sócio-histórico (Jeismann, 1977).

O historiador precisa escrever para historiadores, mas não pode deixar de preocupar-se com as necessidades de orientação do tempo presente, portanto necessita preocupar-se cada vez mais com a história pública, com a cultura histórica, a fim de garantir que a função da ciência histórica seja cumprida: evitar que visões superadas e distorcidas da história ganhem forças nos discursos públicos, nas produções textuais. Não se trata de subjugar ou ainda de defender o extermínio da história pública por outros agentes que não são historiadores acadêmicos, mas de buscar que interfiramos cada vez mais nesses espaços, seja refletindo sobre essas diversas produções, mas também produzindo nossas próprias reflexões acessíveis a outros públicos.

Referências

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta G. de Oliveira. **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p.7-15.

BERGMANN, Klaus. A história na reflexão didática. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n.19, set.89/fev.90, p. 29-42, 1990.

CERRI, Luis Fernando. Notas críticas aos argumentos contra cotas para negros nas universidades públicas. In: CONCEIÇÃO, Gilmar Henrique; FIUZA, Alexandre Felipe (org.). **Política, Educação e Cultura** - Coleção Sociedade, Estado e Educação. v. 1, Cascavel: EDUNIOESTE, 2008. p. 73-90

FARIAS, Ana Elizabete Moreira de. Cultura histórica, ensino de história e múltiplos saberes. *Saeculum* – Revista de história; João Pessoa, n.22, jan./ jun. 2010. p. 163-172.

FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: História e cultura histórica. *Saeculum* – Revista de História. João Pessoa. n.16; jan./jun. 2007.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. "1808" reconta era joanina com leveza. In: **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 6 out 2007. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0610200721.htm> > Acesso em: 28 ago 2014.

GOMES, Laurentino. **1808**: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

GOMES, Laurentino. **1808**: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil – Edição juvenil ilustrada. São Paulo: Editora Planeta Jovem do Brasil, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª ed., 1ª reimp., Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2011.

RÜSEN, JÖRN. **Razão histórica: teoria da história**: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

RÜSEN, Jörn. ¿Que és la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. In: FÜSSMANN, K; GRÜTTER, H. T; RÜSEN, Jörn. **Historische Faszination. Geschichtskultur heute**. Tradução: COSTA, F. Sanchéz; SCHUMACHER, Ib. p.3-26. 1994.

SADDI, Rafael. Didática da História como sub-disciplina da Ciência Histórica. **História & Ensino**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 61-80, 2010.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

ZAHAVI, Gerald. Ensinando história pública no século XXI. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta G. de Oliveira (org). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p.53-63